Acervo ISA

Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte A Crítica
Data 29/12/96 Pg A6
Class. 414

Implantação da Reserva do Uatumã é tema de discussão

O G-7 libera R$ 46 milhões para proteger reserva, que faz parte do Corredor Ecológico

AC

O lago da Hidrelétrica de Balbina, no município de Presidente Figueiredo, faz parte da reserva

A partir do próximo sábado, Eletronorte, Ibama e entidades convidadas começam a discutir a implantação definitiva da Reserva Biológica do Uatumã durante um seminário de planejamento que será realizado Mônaco Hotel até o dia 7 de dezembro. A reserva foi criada como forma de compensação pela inundação dos ecossistemas naturais na área de influência do reservatório da Usina Hidrelétrica Balbina, no Amazonas. Tem 560 mil hectares de floresta tropical densa e é considerafda uma das áreas de prioridade máxima para a conservação da biodiversidade na Amazônia.

O seminário é parte do plano de manejo daquela unidade de conservação e pretende definir as estratégias a serem adotadas para solucionar os problemas existentes, além de buscar parcerias para implementar as diversas atividades. Estão convidados para participar do evento o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), a Universidade do Amazonas, a Embrapa, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), o Programa Indígena Waimiri-Atroari (convênio Eletronorte/Funai), a Mineração Taboca, a Fundação Vitória Amazônica, o instituto Fundiário do Amazonas (Ifam), a Sociedade Civil Mamirauá, a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, a Associação dos Pescadores de Presidente Figueiredo, a Sudam e a imprensa.

Plano de manejo - Os resultados do seminário servirão para elaborar o Plano de Manejo da Reserva Biológica do Uatumã, que será o instrumento de planejamento para a implantação das diretrizes básicas de zoneamento da unidade, programas de proteção e pesquisa, cronogramas de orçamento e fontes de recursos. Esse planejamento tem um prazo de três anos para ser desenvolvido, quando então será reavaliado e aprofundado.

A reserva do Uatumã tem uma situação privilegiada, uma vez que não existem moradores em seu interior e a questão fundiária está quase totalmente regularizada, o que não acontece na maioria das áreas protegidas existentes. Além disso, é contígua à Área Indígena Waimiri-Atroari, com 2,6 milhões de hectares e à Área de Proteção Ambiental Caverna do Maroaga, em Presidente Figueiredo, com 370 mil hectares, o que favorece ainda mais a conservação da diversidade biológica da região.

Recentemente, a reserva foi incluída no Corredor Ecológico da Amazônia Central, que se estende da bacia do Rio Uatumã até o Rio Japurá, pela calha Norte do Rio Amazonas. O Corredor tem o objetivo de implantar as áreas de proteção existentes e criar novas, de forma a proteger continuamente extensas áreas de floresta tropical na Amazônia. Ele faz parte do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e tem garantidos recursos da ordem de US$ 46 milhões, doados pelo Grupo dos 7, como é chamada a união entre os sete países mais ricos.

Suframa promete retomar terrenos e doá-los ao MST

A coordenadoria do Movimento dos Sem Terra (MST) conseguiu junto a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a promessa de uma área de dez mil hectares para o programa de assentamento. Localizada no Distrito Agropecuário, que possui uma área total de 600 mil hectares, a área a ser entregue ao MST tem como donos hoje as empresas: Amazonas Agroindustrial Ltda. (Angra), Confiança Amazonas Agroindustrial Ltda. (Confiama), Agropecuária Espírito Santo Ltda. - cada uma tendo em seu poder três mil hectares - e A. C. Agrícola Ltda. com mil hectares.

De acordo com os registros da Suframa, essas empresas têm um documento de compra e venda, títulos com mais de 17 anos. Mas a autarquia entendeu que essas empresas não executaram os projetos a que haviam se comprometido. As empresas tinham até cinco anos para desenvolvero seus projetos, o que não aconteceu. Com isso, a Suframa se sentiu livre para romper o acordo de garantia de compra e venda e repassar as terras para o MST. De acordo com o regimento interno da Suframa, a autarquia pode negociar até 100 mil hectares, sem a necessidade da aprovação do conselho deliberativo.

De acordo com o coordenador do MST regional, Ismael Oliveira, cerca de 46 famílias já estão ocupando alguns lotes de terra, onde já iniciaram a plantação de agricultura de subsistência. Na próxima semana, a Suframa iniciará o processo de legalização das terras em favor das famílias de posseiros. Inicialmente, serão entregues 3.350 hectares de terra localizados nas margens da Estrada Vicinal ZF-9. Nesta área, o MST pretende assentar cerca de 94 famílias já inscritas no programa. No total, o MST tem aproximadamente 2.200 famílias inscritas, que deverão ser assentadas conforme forem negociadas as terras.

O MST já está requisitando junto a Suframa, uma outra área de cerca de 40 mil hectares, localizada próximo ao Distrito Agroindustrial. Uma decisão, no entanto, só deverá acontecer no próximo ano.